

Projeto tenta impedir renúncia de acusados

BRASÍLIA — O deputado José Dirceu (PT-SP) apresentará hoje ao Congresso Nacional três projetos de lei para tentar impedir a renúncia de parlamentares investigados por corrupção pela CPI da máfia do Orçamento. José Dirceu também quer fixar prazos para a perda de direitos políticos para esses casos e restringir a imunidade parlamentar. O deputado afirma que a imunidade deve valer apenas para proteger a atividade parlamentar.

Em um dos projetos a serem apresentados ao Congresso, ele proporá que parlamentares cassados por decoro parlamentar fiquem sem direitos políticos por quatro legislaturas seguidas (16 anos).

No caso da renúncia antes da

cassação, pela proposta do deputado, o parlamentar terá seus direitos políticos suspensos enquanto durar o processo de investigação. Esses direitos só seriam restabelecidos se o parlamentar não tiver seu mandato cassado.

A fixação de um prazo para a inelegibilidade se deve à omissão da legislação atual, segundo o deputado José Dirceu. Segundo ele, hoje, teoricamente, um parlamentar que for cassado por envolvimento com a máfia do Orçamento, por exemplo, poderá se candidatar nas próximas eleições, no ano que vem, porque a legislação não fixa prazos de inelegibilidade para cassados por crime de falta de decoro parlamentar.